



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

### 3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### 4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS



## ATA

### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/2/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente “ad hoc”, deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião desta Comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente e fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias. A seguir, anuncia o registro da candidatura dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite para presidente e vice-presidente, respectivamente. Submetida à votação pelo processo nominal, ambos são eleitos, por unanimidade, para os respectivos cargos, votando pela Comissão a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite e Sargento Rodrigues. O presidente “ad hoc”, deputado João Leite, proclama o resultado da eleição, declara empossado como presidente o deputado Sargento Rodrigues e passa-lhe a direção dos trabalhos. O presidente eleito, deputado Sargento Rodrigues, empossa o deputado João Leite como vice-presidente. A presidência estabelece as terças-feiras, 9 horas, como dia e horário para as reuniões ordinárias da comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para reunião extraordinária, dia 12/2/15, às 9h30min, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Celise Laviola - Gilberto Abramo.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Carlos Henrique, Dalmo Ribeiro Silva e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/2/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 51, 54, 55, 57 e 62 a 101/2015, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2015.

Paulo Lamac, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 19/2/2015, a seguinte comunicação:

Do deputado Mário Henrique Caixa em que notifica sua ausência do País no período de 16 a 20/2/2015. (– Ciente. Publique-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 19/2/2015, a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Da Sra. Cristiane Coelho, assessora da Chefia de Gabinete da Secretaria de Defesa Social (3), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 9.065/2014, da Comissão de Segurança Pública; 9.074/2014, da Comissão de Assuntos Municipais; 8.313/2014, do deputado Elismar Prado; e 8.543/2014, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério de Integração Nacional, informando a liberação dos recursos financeiros ao Estado referentes ao Convênio/Cadastro Siafi n° 782480. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Saúde, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício n° 3.597/2014/SGM.

Do Sr. Humberto Coutinho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, dando ciência da composição da Mesa dessa assembleia para o biênio 2015-2016 e cumprimentando os deputados eleitos para comporem a Mesa desta Casa.

Da Sra. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento n° 9.266/2014, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Odair Cunha, secretário de Governo, comunicando a ausência do governador Fernando Pimentel, de 17 a 21/2/2015, para tratar de assuntos de caráter oficial, em Portugal, com ônus para o Estado. (– Ciente. Publique-se.)

Do Sr. Sidnei Borges Fidalgo, diretor do Departamento de Execução e Avaliação do PNSP do Ministério da Justiça, prestando informações relativas ao convênio celebrado, em 2014, entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Defesa Social. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Yuri Rafael Della Giustina, secretário nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (substituto), do Ministério das Cidades, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.871/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 11/2/2015**

O deputado Dirceu Ribeiro\* - Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, membros da Mesa, senhoras deputadas e senhores deputados, servidores da Casa, assessores parlamentares e público presente, minha primeira manifestação se dá no intuito de agradecer a todos os colegas deste parlamento a carinhosa recepção que me prestaram, em especial a solidariedade do deputado Ivair Nogueira, que muitas vezes me orientou e continua me orientando nesta Casa.

Agradeço também a honra e o prazer de representar nesta Casa minha Ubá e região, assim como a benevolência de meus eleitores, familiares, amigos, correligionários e assessores, os quais homenageio na pessoa de minha esposa, Sônia Maria Baião Ribeiro.

Meus colegas, chego a esta Casa com o espírito desarmado, republicano, e com a responsabilidade ética e moral de aqui desempenhar minhas atribuições de forma honesta e transparente. Esta Assembleia, por ser uma instituição republicana, precisa estar em sintonia e em harmonia com os Poderes Executivo e Judiciário.

Na oportunidade, parabeno nosso governador Fernando Pimentel e seu vice, Antônio Andrade, aos quais desejo sucesso em sua difícil caminhada. Fiquem cientes de que aqui estarei disposto, se assim o desejarem, a tentar, dentro das minhas possibilidades, ajudá-los a trabalhar pelos grandes interesses do povo mineiro. Estendo meus votos a todos os senhores secretários de Estado e seus servidores.

Minas precisa avançar em políticas públicas que contemplem com mais veemência as regiões mais carentes de nosso estado, em especial aquela que represento, a Zona da Mata mineira. Sabemos nós das dificuldades econômicas e financeiras por que passam todos os nossos estados e, particularmente, nossos municípios e, ao representá-los, vamos buscar as ferramentas que promovam o seu desenvolvimento econômico e social.

Preocupo-me particularmente, como mineiro, com as dificuldades que se avizinham e que certamente irão dificultar o trabalho e o empreendedorismo de nossos empresários, prestadores de serviços, agricultores, profissionais liberais, servidores públicos, donas de



casa, o comércio e a indústria. Além disso, convivemos com o fantasma que nossos irmãos e irmãs nordestinos, após décadas, ainda não conseguiram contornar, que é o flagelo da seca. Então conclamo a todos que me veem e ouvem a, juntos, buscarmos caminhos que mitiguem essa realidade, que pode nos surpreender de forma concreta e trágica. Eu e meu gabinete estaremos sempre à disposição para somar esforços no sentido de apoiar todas as boas ideias, venham de onde vierem.

Mencionei, inicialmente, a indústria, a agricultura, o meio ambiente, a assistência social, a grande e a pequena mídia, e, neste momento, quero lembrar e homenagear dois nomes que abraçam todos esses segmentos: primeiro, o homem de negócios Vittorio Medioli, destemido, polivalente, de muita cultura, arrojado, e, segundo, na mesma oportunidade, trago à lembrança a memória eternizada de meu amigo Lincoln César Penna Costa, cujo nome me engrandece e orgulha e que foi um cidadão humilde, de bom e grandioso coração, empresário modelo que sempre apoiou ações sociais e elevou a importância de nossa Cidade Carinho até internacionalmente, uma vez que sua fábrica de armários de aço, a Móveis Itatiaia, é a maior empresa do ramo na América Latina.

E, por fim, desejo a todos um ano legislativo profícuo, e que sempre prevaleça a boa e verdadeira política, a amizade, o respeito, o carinho que vamos dedicar um ao outro nesta nossa Casa. Que o Senhor nosso Deus, na sua onipresença e onipotência, conduza nossos destinos e convicções. Um fraternal abraço e agradeço a todos pela atenção que me dispensaram.

\* - Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos\* - Caras colegas deputadas, caros colegas deputados, servidores públicos da Assembleia, profissionais da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, pessoas presentes nesta Casa, Sr. Presidente, boa tarde.

Em nossa primeira semana de trabalho, após o início das atividades legislativas, fui procurada por representantes dos servidores públicos da Lei nº 100. Eles vieram trazer as suas preocupações e angústias. Eu já conhecia a luta que estão travando, porque fui abordada em minha cidade, Contagem, por professoras desesperadas com a iminência de perderem seus cargos e com o temor justificado de perderem direitos e garantias.

Os relatos que eles fazem são de situações que devem nos sensibilizar. A viúva de um servidor que tinha 15 anos de trabalho prestado ao Estado não consegue receber a pensão; uma professora que está para se aposentar em um ano não sabe qual será o seu futuro depois de 24 anos exercendo a função. Há servidores doentes, afastados para tratamento, que não sabem como ficará a situação de cada um. São várias as histórias. E todas elas de tristeza e incertezas. Possivelmente, Cristiano, lá em São João del-Rei você também encontrará alguns desses servidores.

Desde que fui procurada pelos representantes, tenho me reunido com eles e com o especialista em previdência social, José Prata de Araújo, para que juntos possamos estudar alternativas para a solução desse problema concreto que atinge quase 100 mil servidores públicos. Não se trata aqui de discutir a sentença irreversível do Supremo Tribunal Federal - STF -, que decidiu em abril de 2014 pela inconstitucionalidade da Lei nº 100 e mandou demitir os servidores não concursados. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trata-se de defender os direitos previdenciários desses servidores. Uma defesa que, de forma alguma, está em contradição com outra bandeira do meu mandato parlamentar, que é cobrar a nomeação dos servidores concursados.

Sobre a sentença do STF, é preciso registrar que os magistrados não aplicaram a ferro e fogo a Constituição Federal, como alguns afirmam. Eles foram sensíveis ao drama social criado por vários governos de Minas. Os juizes garantiram o direito de quem já estava aposentado, dos servidores e das servidoras que já tinham direito adquirido pela Lei nº 100, mesmo sendo tais aposentadorias fruto de uma lei inconstitucional. Teriam também os juizes do STF rasgado a Constituição, como alguns apressados me acusam de estar fazendo? Penso que não. Pois é possível estabelecer pontos em comum entre os servidores da Lei nº 100 e os concursados. É nessa direção que trabalho. Não se trata de uma questão política, e sim humanitária.

O uso dizer que o Supremo tomou uma decisão que deixou graves lacunas. Mandou demitir os não concursados, reconheceu o direito de quem já estava aposentado ou com direito adquirido, mas não definiu, de forma global e coletiva, a situação previdenciária daqueles que serão demitidos. O STF deveria ter garantido a vinculação automática dos servidores demitidos ao INSS, com reconhecimento pleno e imediato de seus direitos, e obrigado o Estado e o INSS a viabilizarem financeiramente os direitos dos servidores da Lei nº 100 que ainda não se aposentaram e ainda não têm ainda direito adquirido.

O STF deu um ano de prazo para que o governo de Minas implementasse a demissão dos servidores da Lei nº 100. E o que aconteceu em termos previdenciários? O governo de Minas, em 2014, quis repassar para o INSS os benefícios por incapacidade, por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte neste período de um ano. A disputa foi parar novamente na Justiça.

Essa situação, eu alerto a todos e a todas, é um prenúncio do que poderá acontecer se nada for feito pelos servidores da Lei nº 100: serão demitidos, sem a garantia segura do reconhecimento do seu tempo de contribuição até agora, correndo o risco de serem excluídos dos direitos previdenciários. Restará apenas a eles uma batalha solitária, longa e inglória, em termos individuais, para fazer valer os direitos de cada um e de cada uma. Ninguém, ninguém pode ficar indiferente ao drama dos servidores da Lei nº 100. Eu não estou indiferente. Demitidos e sem a proteção previdenciária do INSS, como farão nos casos de maternidade? Como farão, nos casos de doença e acidente? Como farão nos casos de invalidez, e seus dependentes, em caso de morte? Como terão a garantia da aposentadoria por tempo de contribuição e por idade se não têm o tempo de contribuição até aqui reconhecido?

Sou sensível às demandas dos servidores concursados, daqueles professores e professoras que pretendem fazer os concursos públicos e daqueles que já foram aprovados e ainda não foram convocados. Mas não podemos aceitar que os profissionais da Lei nº 100 sejam massacrados em seus direitos. Acho que os servidores concursados e os da Lei nº 100 devem chegar a uma plataforma mínima comum, pois não tem sentido haver briga e ressentimento enormes por uma situação que não foram eles que criaram.

Temos de cobrar do governo de Minas, do governo federal, do Poder Judiciário, da Assembleia Legislativa, com a participação das entidades sindicais e de representantes dos servidores da Lei nº 100, que seja estudada, em conjunto, uma saída para os enormes impasses criados na Previdência dos servidores estaduais.

Por fim, deixo aqui, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a minha solidariedade e a minha disposição para os embates que estão por vir. E faço aqui dois apelos. O primeiro aos trabalhadores e trabalhadoras concursados do Estado e trabalhadores e trabalhadoras da



Lei nº 100: uni-vos - como já disseram no passado -, uni-vos em torno de uma plataforma comum! E o outro apelo aos deputados e deputadas desta Casa: esta é uma luta que deve se sobrepor às nossas legítimas disputas políticas, porque essa, meus caros colegas, é uma luta humanitária em defesa da vida. Quero dizer a todos que eu estou nesta luta!

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* - Em primeiro lugar, cumprimento-a pela postura, pela trajetória. Sua presença aqui na Assembleia engrandece, enriquece o debate político, a partir da sua trajetória, que conhecemos, desde as lutas sociais até a Prefeitura de Contagem, onde conseguiu desenvolver um grande trabalho e fazer uma grande administração.

Marília, quero dizer-lhe que V. Exa. está correta. Todos os deputados temos recebido demandas referentes aos impactos, aos prejuízos aos servidores da Lei nº 100. Temos conversado com o governo. Tive a oportunidade de conversar com a secretária de Educação, companheira Macaé, e o governo tem instituído comissões internas, com a participação do sindicato, do representante dos professores, dos profissionais, para debater tanto o problema dos impactos da Lei nº 100 quanto do piso nacional dos professores, que é um passivo que temos de ajustar com esses profissionais.

Como membro e presidente da Comissão de Direitos Humanos, tenho certeza de que o tema que a senhora traz trata especificamente de direito humano. Assim, quero colocar, desde já, nossa comissão à disposição para debater neste espaço e encontrar caminhos. Deixo minha postura solidária e de auxílio à bandeira que a senhora encampa neste momento. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Deputada Marília Campos, é um prazer muito grande apartear-la. Primeiramente quero dizer que é uma alegria vê-la voltando a esta Casa. Nós fomos colegas e construímos uma sólida amizade nos outros períodos em que trabalhamos como deputados na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Agora V. Exa., com toda a experiência que adquiriu como prefeita do Município de Contagem, vem trazer a esta Casa um problema relativo à Lei nº 100, que nos preocupa bastante. Vejo em suas palavras o acerto do governo Aécio Neves através da Lei nº 100, que na verdade beneficiou milhares e milhares de pessoas, aproximadamente 90 mil servidores da área de educação, entre professores e servidores de modo geral. Nós, durante o ano de 2014, procuramos de todas as formas resolver essa questão. Conforme V. Exa. acentuou, muitos servidores conseguiram se aposentar. Muitos servidores aproveitados pela Lei nº 100 conseguiram sua aposentadoria, mas muitos outros ainda não resolveram seu problema. Há aproximadamente 70 mil pendências, que procuramos resolver com a alteração na Constituição de Minas Gerais, através de uma PEC, mas os próprios deputados do governo eleito não concordaram. A nosso ver, indiretamente assumiram o compromisso de juntos procurarmos uma solução agora.

A educação em Minas Gerais tem recebido a melhor classificação dada pelo Ministério da Educação. Ficou em 1º lugar no ensino fundamental básico, 2º lugar nas últimas séries do ensino fundamental básico e muito bem classificada no segundo grau. Evidentemente que essas 70 ou 90 mil pessoas contribuíram para que Minas Gerais fosse tão bem classificada. Por isso estamos de acordo com essa colocação. Precisamos juntos buscar solução para esse pessoal, que tanto contribuiu para a melhoria da educação em Minas Gerais.

O deputado Wander Borges (em aparte) - Quero cumprimentar a deputada Marília Campos pela experiência e pelo pronunciamento. Quero dizer que temos uma proposta de emenda tramitando nesta Casa. Acho que deveríamos assiná-la e colocá-la para tramitar nas comissões para conseguirmos alavancar e ganhar mais tempo, pois até que se peça uma nova inconstitucionalidade alguns anos passarão. Isso é tempo suficiente para que mais 10, 15, 20, 30, 40 mil, aos que V. Exa. se refere, se aposentem. Muito obrigado, deputada Marília Campos. Um grande abraço.

A deputada Marília Campos\* - Os trabalhadores da Lei nº 100 já sofreram muito. Não cabe a nós, deputado Wander Borges, alimentar falsas expectativas. Por isso sou contrária à PEC nº 69 que tramita nesta Casa. Temos de procurar soluções legais que amenizem a situação de 100 mil trabalhadores do nosso estado. Muito obrigada, Sr. Presidente, deputados e deputadas.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Emidinho Madeira\* - Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o deputado Hely Tarquínio, presidente; todos os colegas deputadas e deputados; o pessoal da galeria e da imprensa.

Estou muito contente e satisfeito. É a primeira vez que faço uso desta tribuna. Venho do Sul de Minas, de uma cidade pequena, nunca tive mandato político. Fui eleito deputado e vim para somar com todas as deputadas e os deputados e com o governo para darmos condição de vida melhor ao povo de Minas Gerais. O povo anda muito descrente, talvez com o jeito de se fazer política. Acho que o povo está acima de qualquer partido político.

Sou roceiro, sou da roça, produtor rural desde pequeno. Já arei muita terra, já grudeei, já plantei e já colhi. Vou assumir amanhã a vice-presidência da Comissão de Política Agropecuária. Peço a todos os colegas que defendamos a classe do produtor rural, porque é ele que trata do mundo. Se o papa Francisco almoçou hoje foi porque um produtor rural produziu sua comida; se tomou um leite, foi graças a um pecuarista. Zezé de Camargo e Neymar vieram do campo. Se o campo parar, não viveremos na cidade. Precisamos ter um olhar especial para os pequenos, os médios e os grandes produtores rurais, pela geração de emprego direta e indireta e pelo suor derramado. Por isso peço a todos os colegas para proteger, dar um olhar especial ao homem do campo.

As santas casas e os hospitais do nosso estado inteiro estão em dificuldade. Não há nada mais importante numa cidade do que um hospital. A igreja é muito importante, mas, se não vamos à missa cedo ou a um culto, podemos ir ao meio-dia ou à tarde. Se não colocarmos no correio uma correspondência hoje, podemos colocá-la amanhã. Tudo na cidade é importante, mas o hospital é mais. Se der uma cólica em um de nós ou se acontecer um acidente, não vamos querer saber se o hospital está bom ou ruim, queremos ser levados para o hospital; às vezes acordamos lá dentro. Por isso temos de ter um olhar especial para o hospital, para o tratamento da saúde do nosso povo. A dor de quem tem plano de saúde, de quem tem Unimed, dura muito pouco, talvez alguns minutos, uma semana, mas a dor de quem não tem plano de saúde, a dor dos mais fracos, dura muito. Isso é pecado. Temos de ficar atentos com o tratamento de saúde.

Tive o privilégio, mesmo sem ter estudado - não sou da área da saúde -, de ser diretor do hospital de minha cidade por sete anos. É uma cidade pequenininha. Lá, pude aprender a viver e a perceber a dor do próximo.



Todos estão cobrando segurança. Precisamos de mais segurança na rua, mas também temos de unir forças e cobrar uma lei mais enérgica. Às vezes um delegado e a Polícia Civil usam toda uma estratégia para prender um bandido, que no outro dia é solto. Temos de lutar também para colocar mais segurança na rua e cobrar que a lei seja mais enérgica.

Estou aqui para somar com todos os deputados. Podem contar comigo para tudo o que for certo e justo.

Quero agradecer muito a Deus e aos 66 mil eleitores que tive, por me colocarem aqui. Honrarei cada voto. Não cheguei aqui para brincar, para fazer farra, para ficar debaixo das asas do governo nem para ficar batendo no governo. Vim para somar forças, para fazer o bem.

Deus sempre me abençoou muito. Peço a Ele que me dirija pelas veredas da justiça.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte) - Gostaria de cumprimentar o deputado Emidinho Madeira e desejar-lhe boas-vindas e bastante sucesso nesta Casa. Coloco-me à disposição.

Nossa região está muito bem representada. Fico feliz. Somos vizinhos - sou de Jacuí, ele é de Nova Resende, o deputado Cássio Soares é de Passos. Três deputados que estamos muito próximos. Juntos poderemos fazer muito por aquela região. Ontem nos reunimos e fizemos esse pacto de trabalho sério pelo desenvolvimento de nossa região.

Parabéns, deputado, pelo grande trabalho. Conte conosco na defesa de todos os interesses do povo mineiro, principalmente do nosso setor, o agropecuário. Lá somos genuínos e lá temos a ligação do campo. Em todos os sentidos, estamos aí para defender o povo mineiro. Parabéns. Seja bem-vindo a esta Casa.

O deputado Emidinho Madeira\* - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos.

Dando sequência, quero agradecer muito a Deus tudo o que tem feito em nossas vidas. Quero pedir a Deus que dirija todos os deputados, servidores e a Mesa desta Casa. Que dê paciência e sabedoria a todos e que elimine qualquer tropeço que houver na nossa frente. Muito obrigado a todos.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier\* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, caros colegas, quero cumprimentar todos os deputados e deputadas presentes na Casa: os que retornam, como minha amiga, a brilhante deputada Marília Campos, que fez um grande trabalho como prefeita de Contagem; os que chegam pela primeira vez, como meu amigo Emidinho, companheiro de chapa e meu suplente na eleição passada e que agora, com muito mérito, chega a esta Casa, ele que está sentado ao lado do deputado Antônio Jorge. Tenho certeza de que V. Exa. terá condições de fazer um grande trabalho na área de saúde, que é a sua vida, sua luta. Tenho certeza, deputado Emidinho, de que V. Exa. poderá contribuir muito para esta Casa. Meu caro amigo Antônio Jorge, que foi um grande secretário de Saúde de Minas Gerais; colegas que retornam ao Parlamento, como meu amigo Duarte Bechir, homem de posição, de história; meu amigo e companheiro, líder natural desta Casa, deputado João Leite, a quem cumprimento e digo que tem autoridade moral para liderar nosso grupo e nosso bloco nesta Casa.

Quero trazer a público meu sentimento de reflexão. Nos últimos quatro anos, ouvi meu amigo, líder político, companheiro e presidente do meu partido, senador Aécio Neves, falar da necessidade de refundação do PSDB. Concluo que ele estava certo. O PSDB foi refundado, reconstruído no campo nacional. O senador Aécio Neves consegue, pela primeira vez nos últimos 12 anos, apresentar uma oposição firme, segura, propositiva e com ideais para o nosso país. O resultado disso foi muito claro, veio na urna. Mesmo contra uma máquina muito forte, mesmo contra tudo, contra todos, contra a força do capital, contra tudo o que estamos acompanhando, o senador Aécio Neves teve 50 milhões de votos e se credenciou como grande liderança de oposição neste país.

Mas acho que em alguns momentos é preciso o tropeço para que possamos nos levantar. Houve um tropeço no Estado de Minas Gerais. Recebi da deputada Marília Campos um livro - acredito eu feito pelo PT ou por sua militância - que explica os motivos da vitória de Dilma e de Pimentel nas eleições. Ainda não tive tempo de ler o livro, acabei de recebê-lo, mas sinto que é necessária uma reflexão profunda no nosso grupo político. Às vezes a derrota nos propicia oportunidade de reflexão e, acima de tudo, possibilidade de reconstrução. Mas a reconstrução, deputado Felipe Attiê, só é possível quando há humildade para se reconhecerem os erros e vontade para mudar a rota e o caminho.

Quero fazer um alerta aos meus companheiros de bancada, aos meus companheiros do PSDB: é necessário que a rota seja alterada. Nossa bússola não está apontando para o norte certo. Nosso caminho não está apontando para a trilha correta. O PSDB perdeu as eleições em Minas por excesso de centralização de poder na mão de poucos. Poucos mandavam muito, e muitos não mandavam nada. Não é nesse partido que acredito. Não é esse o partido que quero construir. Não é para esse partido que milito.

Quero trazer à tona a história de homens como Mário Covas, Franco Montoro, lideranças históricas desse partido que necessitam ser resgatadas neste momento para que o PSDB coloque em prática, em Minas Gerais, o plano que revigorou o partido no âmbito nacional. Precisamos reestruturar o nosso partido por meio da militância, mas, acima de tudo, por meio de decisões coletivas, por meio do diálogo amplo e da construção com as bases. Onde não há base, onde não há raízes, não há vida duradoura. Ou passamos a construir com o PSDB em Minas os princípios democráticos do diálogo, da abertura, da construção onde muitos são ouvidos, para que, por meio da coletividade, seja possível construir o melhor caminho, ou estaremos fadados ao caminho de outros partidos que constroem sua história na centralização de poder e, cada vez mais, definham desde o fim da ditadura militar. Partidos, aliás, muitos deles, que não passam de resquícios dessa antiga ditadura.

Precisamos dessa construção sólida, de uma construção sólida que respeite os espaços do partido. O PSDB fez concessões demasiadas a pseudoaliados, e o resultado na urna foi trágico. Onde há apenas pragmatismo, o atendimento do interesse de poucos e a falta de identidade programática e ideológica, dificilmente o caminho se torna duradouro.

Cumprimento V. Exa., deputado Antônio Jorge, pela postura firme, correta e ética na sua escolha inicial nesta Casa. V. Exa. mostrou o seu cartão de visita, mostrou a que veio nesta Casa. Mas, infelizmente, muitos que tiveram muito das canetas palacianas já viraram as costas para o PSDB. E muitos colegas que tiveram militância, história, compromisso ético e moral não estão mais nesta Casa.

O PSDB já teve 22 deputados nesta Assembleia, deputado Duarte. Na última legislatura, tínhamos 15, hoje temos 9 e, se continuarmos com as concessões que fazemos, talvez em uma próxima eleição não tenhamos 5. É impensável que um partido como o



PSDB, que tem 9 deputados nesta Casa, não presida nenhuma comissão importante neste Parlamento. É impensável que um partido como o PSDB, que tem a maior bancada da oposição nesta Casa, tenha aberto mão da liderança do bloco. Isso é inadmissível. Isso é um desrespeito com o partido.

A história mostra-nos que muitas vezes ganhamos perdendo, e perdemos ganhando. Quando voltamos para três séculos antes de Cristo, estudamos um pouco da história do Mediterrâneo, do Império Romano, lembramos da história de Pirro, rei da Macedônia, um dos maiores generais do seu tempo. Meu amigo, companheiro de juventude, deputado João Alberto, Pirro terminou a sua vida após ter um exército de 20 mil homens e ver o seu exército dizimado. Ainda assim, vencendo a batalha, Pirro disse: “Ai de mim, se precisar conquistar mais uma vitória como esta”. O PSDB, na formação do bloco de oposição, conquistou uma vitória de Pirro.

Mas não precisamos ir à Roma antiga, podemos ir mais perto, na minha querida Caeté, em que minha avó Teca dizia que quem se abaixa demais mostra os fundos. Seria mais digna a construção de um projeto em que tivéssemos 9 deputados alinhados em um conceito ideológico de oposição do que fazer todas as concessões feitas pelo PSDB para termos 22 deputados. Talvez alguns ideologicamente alinhados conosco, talvez outros apenas pela concessão momentânea de espaços em comissões. Digo, como Pirro há mais de 2 mil anos, que, se continuarmos colecionando vitórias como aquela, com baixas incontáveis, ai de nós. Política não se constrói assim, política passa pelo prisma da legitimidade.

E lamento muito, de público, que o bloco de oposição nesta Casa não seja liderado pelo deputado que tem mais legitimidade para isso: o deputado João Leite. O deputado João Leite tem a postura ética e moral necessária para conduzir o nosso bloco. Tenho certeza de que, conduzido pelo deputado João Leite, o bloco não seria um instrumento a serviço de fins privados ou interesses pessoais; seria um bloco à disposição da coletividade, na defesa dos interesses do Estado e dos mineiros, e teria um posicionamento de oposição, mas de uma oposição real, não daquela que, como desconfio, em alguns momentos adota a prática de vender dificuldades para colher facilidades. Na vida pública, não é nisso que acredito.

Fui aconselhado pelo amigo Paulo Lamac a não tocar nesse assunto, sob o argumento de que, na política, escondemos as derrotas e apresentamos apenas as vitórias. Mas, talvez por minha formação e meu desprendimento com a vida pública, penso de forma diferente. Embora nada tenha contra os que são, não sou filho ou neto de político. Represento aqui os que votaram em mim; sou filho da militância, das bases, do Pindorama, do Glória, do São Salvador, de Caeté, de Nova Lima, de Sabará. É com esse povo que tenho compromisso. O que me habilita para estar aqui, neste momento, discutindo problemas do meu partido, não é a minha certidão de nascimento ou, ainda menos, minhas relações familiares. Muitos ainda vivem no Brasil do passado, extinto há 130 anos, com a queda da Monarquia, mas não respeito quem se constrói apenas pelos laços familiares; respeito quem se constrói pela militância. E a militância tem de ser construída com a pessoa honrando, em primeiro lugar, os seus compromissos; depois, os seus companheiros; e por fim, mas acima de tudo, aqueles que lhe deram a oportunidade de exercer o mandato. Por isso, lamento muito que o deputado João Leite, que tem todas essas qualificações, não seja o líder do bloco de oposição nesta Casa.

Candidatei-me, internamente no bloco, à presidência da Comissão de Minas e Energia, deputado Paulo Lamac. Mas há uma semana fui procurado por um colega deputado que me perguntou se, como presidente da comissão, eu estaria disposto a fazer concessões para o setor da mineração. Esse deputado estava muito preocupado porque as mineradoras lhe disseram, por ligações, que ouviram uma entrevista que dei à Itatiaia em que eu dizia que a culpa pela falta de água no Estado não é do povo. A culpa é, em primeiro lugar, da incompetência das empresas gestoras - estadual e municipais -, que perdem de 40% a 70% da água captada em suas redes; depois, do mau uso feito pelas indústrias, entre elas as do minério. Um ser humano deve tomar em média 2 litros de água ao dia; na lavagem do minério são gastos 4 litros. Enquanto servimos aos nossos filhos água de terceira categoria, a água mais pura do nosso estado é retirada das montanhas para lavar o minério. Não é esse o Estado que quero. Portanto, não me envergonho de não assumir a presidência da Comissão de Minas e Energia, porque não farei concessões a esse setor para ser presidente dessa comissão. E aviso aos lobistas da mineração que andam por esta Casa que este deputado terá um olhar muito vigilante. Escândalos como o do Arêdes, que vimos acontecer no final do ano passado, não se repetirão neste mandato. Escândalos como o da Mata do Cercadinho jamais passarão nesta Casa, porque sei que, enquanto houver um palmo de chão limpo em Minas Gerais, encontrarei companheiros para lutar contra esse tipo de excrescência na vida pública.

Aviso às mineradoras: sou um defensor de todo setor produtivo. A mineração gera empregos no nosso estado, ela é importante, ela está na nossa essência, está no nosso nome, está na nossa razão de ser, mas não com concessões não republicanas. Vamos discutir mineração em alto nível e não por meio de lobistas que permeiam os corredores desta Casa para atender quase somente a interesses comerciais e poucas vezes a interesses da população.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)\* - Eu me pronunciarei em 30 segundos, presidente. Quero apenas parabenizar o deputado João Vítor Xavier pelo posicionamento claro e contundente, com essa leitura política que lhe é peculiar. Quero parabenizá-lo por estar reconduzido a esta Casa. Minas ganha. E o deputado, certamente, há de lembrar que, nessa mesma discussão, falávamos - e aqui concluo, presidente - que há derrotas que são vitórias, que é a vitória do posicionamento, da clareza. E isso V. Exa. demonstra da tribuna que tem toda grandeza e que certamente não há derrota nessa questão apresentada por V. Exa., uma vez que sua postura é coerente com aquilo que defende, com aquilo que acredita. Tenho muita satisfação de conviver aqui, nesta Casa, com o deputado João Vítor Xavier, um amigo, uma pessoa, antes de tudo, um político de qualidade que a gente conhece e sabe que tem profundo compromisso com este estado. Sucesso, deputado.

O deputado João Vítor Xavier\* - Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Conduzo-me já para o encerramento, primeiro, convocando homens e mulheres de bem, independentemente do partido em que estejam. Sei que é o caso da Marília Campos, do deputado Rogério Correia, que tem um posicionamento muito firme sobre esse assunto, e de tantos colegas e companheiros, do meu amigo Nozinho, que representa cidades mineradoras, mas não podemos nos curvar ao poder do capital. O Parlamento não pode ser transformado em balcão de negócios. Precisamos lutar pelo que acreditamos e, se deixar de presidir uma comissão é o preço que preciso pagar por não me curvar aos interesses das mineradoras, não me importo com isso, porque, acima de tudo, tenho de me curvar



aos interesses dos mineiros e mineiras que me elegeram. Esse é o meu maior compromisso. É para isso que cheguei a esta Casa. É para isso que fui reeleito e por isso estou aqui.

E, no que tange ao meu partido, convoco os meus companheiros de legenda para que façamos, no plano regional, uma discussão mais profunda e mais aberta. Não é possível que continuemos construindo, após tantos erros e tantos equívocos que nos levaram à vitória, fragorosa em Minas Gerais, um partido onde os mesmos são ouvidos constantemente, onde poucos têm direito a voz, onde, sequer, alguns têm direito a voto, e onde os erros se repetem. Quando se faz uma coisa de maneira correta repetidas vezes, o resultado será correto; quando o erro se repete, o resultado, certamente, continuará sendo desastroso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Hely Tarquínio, boa tarde; boa tarde deputados e deputadas, companheiros da bancada, da imprensa, servidores da Assembleia, boa tarde aos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, o meu assunto hoje é sobre a educação. Quero fazer um pequeno balanço das mudanças que se iniciam nos propósitos da educação em Minas, mas não poderia deixar de comentar a intervenção do nobre deputado João Vítor Xavier, que acaba de nos coroar com as suas belas palavras. Não vou me referir ao que é relativo ao partido, pois não vou entrar nem aprofundar nos assuntos internos do PSDB, mas ao que diz respeito à abordagem sobre a questão da energia, em especial, sobre as mineradoras em Minas Gerais. V. Exa. tem plena razão e contará comigo e, tenho certeza, com vários dos nossos deputados, com guerreiros nessa luta que V. Exa. conchama a ser feita a partir de agora, em favor das águas e do meio ambiente em Minas Gerais.

As mineradoras há muito consideram Minas Gerais casa da mãe joana. Já disse isso anteriormente. Infelizmente, hoje somos um estado cortado por minerodutos. O minério vai, por meio da água, aos portos, jogando fora o que é mais precioso e que hoje, com a crise hídrica, se torna ainda mais precioso. Já temos três minerodutos cortando Minas e quatro em fase de implantação. Um deles no Norte do Estado, que aliás já não está em fase de implantação, mas que já foi autorizado, deputado João Vítor Xavier, não apenas pelo governo estadual, mas também pela Agência Nacional de Águas - ANA -, que já deu outorga para se retirar do Rio Jequitinhonha a água necessária para abastecer uma Montes Claros e meia, para o Porto de Ilhéus, com o governo do Estado, na gestão passada, já permitindo a desapropriação de várias terras pelo Norte de Minas afora para que esse mineroduto passe nessas terras já desapropriadas.

Deputado João Vítor Xavier, V. Exa. tem toda razão. A Comissão de Minas e Energia não pode ser a favor. Não podemos permitir algo que possibilite às mineradoras fazer o que quiserem em Minas Gerais. Pelo contrário. Além dos minerodutos, V. Exa. citou Aredes e Cercadinho. Lembraria os projetos que ficaram agarrados na Serra do Gandarela e da Moeda. Tudo é feito pelas mineradoras da forma como elas querem. Não há freio. Tudo é em nome do desenvolvimento. Só que não é verdade. O minério vai a preço de banana, cada vez mais barato, e enriquece as mineradoras e não o Estado.

Então, quero dizer-lhe que estaremos juntos nessa batalha. Parabenizo-o. Gostaria que, em nome da oposição, V. Exa. fizesse parte como presidente da Comissão de Minas e Energia. No entanto, isso evidentemente está em acordos feitos, e temos de respeitá-los nesta Casa. Conheço V. Exa. e tenho certeza de que não estaria a favor de um mineroduto cortar o Norte de Minas, retirando água do Jequitinhonha. Minha solidariedade às suas reclamações. Essa é apenas uma das batalhas, porque a luta, que é grande, continuará. Quero parabenizar V. Exa.

Sr. Presidente, vim para falar um pouco sobre a educação hoje no Estado de Minas Gerais. Alguns pontos são novidade no governo Pimentel na educação, embora ainda muito no início, pois temos aí um mês de governo, e, nesse tempo, não se poderia mudar o sistema educacional no Estado. No entanto, temos sinais. Primeiro, uma secretária que negocia e dialoga. Parece pouco, mas o deputado Lamac acompanhou isso e sabe que é muito. Uma secretária que se senta com as entidades, dialoga com os sindicatos e conversa é uma novidade em Minas Gerais. A secretária Macaé chegou, nesse aspecto, em grande estilo, com reuniões todas as quintas-feiras com os sindicatos, em especial com o Sind-UTE e a Adeomg. O governo também abrirá diálogo com outras entidades. A abertura de diálogo com a categoria é o primeiro ponto de diferença com o governo anterior.

Segundo, a instituição de uma comissão que está estudando o piso salarial e a carreira. Quer dizer, o governo reconhece, deputado Cristiano, que não há piso pago em Minas. Em vez de ficar repetindo a mentira de que as professoras ganham piso, o governo diz: "Não. O Estado realmente não paga o piso. Vamos buscar diálogo com o sindicato para ver como, quando e de que forma chegaremos ao piso salarial". Mas já há o reconhecimento de que o salário é baixo e o piso salarial não é verdade. Isso é algo que cansamos de dizer. Greves foram feitas, e uma delas foi de 112 dias, para reclamar um piso salarial na carreira. Se der tudo certo, o deputado Lamac será o presidente da comissão.

Terceiro, terminamos com o Reinventando o Ensino Médio, que, na verdade, era um sexto horário malfeito apenas para fazer uma falsa propaganda de que existiria ensino profissionalizante, o que de fato nunca existiu. O Arrebatando o Ensino Médio caiu, e agora poderemos construir o Pronatec e a Escola de Tempo Integral. Esses, sim, são instrumentos fundamentais para uma educação plena.

Uma quarta mudança é o quadro de escolas. Os professores da Lei nº 100 não são mais vítimas de demagogia. Inclusive, algumas promessas continuam na Assembleia Legislativa, de que vão efetivá-los sem concurso público. Continua aqui a PEC, a qual chamo de PEC da Demagogia. Agora essa lei vai ganhar outro número, mas de novo será uma demagogia, pois todo deputado, todo cidadão e toda cidadã sabem que não se pode efetivar alguém sem concurso público. Não é isso, Dr. Dirceu? Infelizmente não é possível, e todos sabem disso. Aqui ainda existe uma PEC da demagogia, que finge que vai efetivar as professoras, mas não resolve o problema delas.

O nosso governo está tratando as professoras da Lei nº 100 de forma diferente, dizendo a verdade a elas: vocês não podem ser efetivadas, o Supremo não permite, porém, não serão jogadas no meio da rua enquanto a demagogia impera. Será feito com vocês, por intermédio do Sind-UTE, um diálogo, estabelecendo aquilo que é fundamental: a garantia do tempo de serviço. Isso as professoras não perdem, no Estado ou no INSS. Uma garantia que o governo vai dar a essas professoras é de que não serão jogadas nas ruas, mas que também poderão transitar da Lei nº 100 - por isso o prazo ficou até abril - para a designação, respeitando o concurso público, para que elas próprias possam um dia vir a ser professoras de fato efetivas.



Vejam, portanto, que a diferença é grande. Não se faz demagogia, mas procura-se resolver o problema. É muito fácil fazer demagogia, dizer que todas serão efetivadas sem concurso público, sabendo que isso é impossível e que não resolverá o problema real que aflige essas professoras na escola, em especial as auxiliares de escola. No meu entender, não havendo concurso público, essas auxiliares devem ter a chance de também serem designadas em um futuro próximo. Então, é também uma diferença importante.

Há outra diferença, que é simbólica. Paulo Lamac, já não é proibido às professoras se alimentar na escola com a merenda escolar dos alunos. Caixa - reclamei disso aqui diversas vezes -, uma professora vai para a escola, digamos, à noite, dá duas aulas e depois tem 15 minutos de intervalo. Ora, ela não consegue sair da escola para se alimentar. Como trabalhou de dia, de que forma ela vai levar uma marmita à noite para esquentar? Precisa se alimentar da merenda dos alunos, porque não tem vale-alimentação e nem teria tempo de sair da escola. As professoras estavam proibidas de se alimentar na escola. Ficam com fome e depois dão mais três aulas. Quem aguenta? Já dei aula na periferia e sei o que é isso. Agora, não. O Estado terá de colocar recurso para providenciar o alimento das professoras - isso me parece óbvio. Durante quatro anos gritei aqui pedindo que não fizessem essa maldade. Agora já não é feita essa maldade com as professoras.

Antes de conceder um aparte ao deputado Paulo Lamac, quero fazer um pedido ao nosso governador Pimentel, ao secretário de Governo, Aldair, e à professora Macaé, nossa secretária de Educação. Já passou da hora de se fazerem mudanças nas superintendências regionais de ensino. As atuais superintendências são ainda do governo passado e maltrataram muito essas professoras. Ficaram lá durante o período eleitoral reprimindo, obrigando-as até a direcionarem seus votos. E, agora, recebo reclamações de que muitas delas estão direcionando recursos a mais para tal ou qual escola, não de forma republicana, mas para compensar aquelas que foram parceiras no passado; mais do que isso, diria que de forma não correta estão fazendo com que as orientações da Secretaria de Educação não cheguem até as escolas, levando uma série de problemas aos diretores e professores.

A demora está grande. Não podemos esperar o carnaval passar. Então fica aqui também a minha solicitação para agilização das trocas na superintendência, deputado Paulo Lamac. Que o secretário Aldair, a secretária Macaé e o próprio governador Pimentel agilizem o processo para que as novas superintendências entrem também com um gás de mudança, porque a escola não espera, as aulas não esperam, e as mudanças precisam continuar.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)\* - Quero parabenizá-lo, deputado Rogério Correia, pela abordagem precisa. Realmente estes novos tempos na educação agregam também a mudança naquele processo de punições que existiam, especificamente com os professores designados. Por exemplo, era proibido a uma professora designada grávida sair de licença-maternidade, porque o período em que ela se ausentava, cumprindo, evidentemente, um direito de todas as mulheres brasileiras, era contabilizado como ausência, e ela ganhava um balão, ficando impossibilitada de ser designada na próxima vez, durante um período longo, porque sua ausência era considerada falta.

São os contraexemplos da educação em Minas Gerais que vão sendo identificados e trabalhados caso a caso. É verdade que dar resposta a todo esse acúmulo de questões que precisam ser ajustadas demanda tempo. É verdade que esse ajuste precisa ser tratado com muita cautela, para que possa produzir os efeitos que esperamos, mas já começamos a ver esses resultados. E V. Exa. foi muito feliz ao elencar diversos pontos que já são realidade. Eu também citaria a possibilidade de remoção dos servidores: existe vaga disponível na cidade de origem do professor ou do servidor da educação, ele precisa se mudar, mas isso não acontece. É difícil explicar isso quando existe disponibilidade de vaga em todo o Estado.

Todas essas discussões vão sendo encaminhadas. Essa é a nossa expectativa, e certamente todos nós seremos agentes importantes nesse processo de retomada séria da educação em Minas Gerais. Não do *marketing* da educação, porque esse já é muito bom. Temos de reconhecer que eles eram muito bons em *marketing*, mas, de fato, vamos falar de educação seriamente, daquilo que faz a diferença para o aluno, para os pais do aluno e principalmente para o futuro do cidadão de Minas Gerais. Muito obrigado, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Paulo Lamac. V. Exa. levantou também outros pontos com os quais concordo, que já significam um avanço na construção político-pedagógica na escola. Tenho certeza de que haverá muitos avanços na educação em Minas e no Brasil. A presidenta Dilma colocou como *slogan* deste governo "A pátria educadora". E Minas Gerais também fará parte dessa pátria educadora, com políticas públicas para a educação que possam melhorar ainda mais a situação dos nossos estudantes. E que tenham cada vez mais condições de acessar a universidade, por meio do ProUni, do Fies, coisa em que ninguém acreditava no passado, mas que hoje vemos no interior do Estado.

Outro dia eu vi isso num assentamento de reforma agrária: uma menina - falo menina, porque tinha 26, 27 anos, e eu, já com meus cabelos brancos, posso falar menina - que está já cursando universidade, medicina, pelo ProUni. Quem diria, filha de assentado de reforma agrária. Então, são outros tempos, mas, para isso, precisamos preparar os alunos, em especial no ensino fundamental, no ensino médio, nas séries iniciais. Acho que esse é o dever do Estado aqui em Minas Gerais.

Termino, presidente, também comunicando aos deputados que entrei com um projeto que já havia entrado ano passado. Às vezes, as pessoas falam que agora o governo virou e esquecem tudo. Não, muitas coisas o nosso governo não conseguirá resolver, e não deixarei de cobrar, deputado Caixa, mesmo sendo governo. Com relação a uma delas, já entrei novamente com o projeto. Já anunciei alguns, como foi o caso do projeto de participação popular, e hoje estou anunciando outro projeto, com o qual havia entrado na legislatura passada, que infelizmente não prosperou na Casa, embora houvesse um compromisso do presidente da Assembleia na ocasião para que fosse aprovado, independentemente do governo, deputado Hely Tarquínio - e já termino -, que é o projeto de anistia para os professores que fizeram aquela greve de 112 dias. Por que anistia? Muitos perderam a possibilidade de férias-prêmio; às vezes não ascenderão na carreira com a velocidade necessária por causa da punição da greve que fizeram; outros não podem concorrer a alguns cargos; muitos foram punidos e não puderam ser diretores de escola. Agora reapresentarei - já desarquivei - o projeto que anistia os professores que fizeram greve, até para que também fique no passado o tratamento repressivo que foi dado aos professores e se levante, neste novo tempo, o diálogo, com todas as dificuldades que um diálogo tem, que a democracia tem.

Mas vale muito mais a democracia que o silêncio derivado da obrigatoriedade de um pensamento único.



Então, presidente, gostaria de parabenizar a nossa secretária Macaé e o governador Pimentel e, ao mesmo tempo, cobrar deles que agilizem, aproveitem agora e coloquem as novas superintendências, retirem as antigas - não é, Jean? -, porque estamos sendo muito cobrados, em nossas bases, quanto à manutenção ainda do esquema anterior. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/2/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Duarte Bechir**

exonerando Maria Lúcia Fernandes Andrade Coradello do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;  
nomeando Maria Lúcia Fernandes Andrade Coradello para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;  
nomeando Rita de Cassia Aguilar para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Ulysses Gomes**

exonerando Arlene da Penha Marcelino do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Arlene da Penha Marcelino para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Pierri Caetano Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Eliza Maria da Rocha Marques para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Manoel de Jesus da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcos Pinto de Oliveira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Denyse Rabelo Costa do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05;

exonerando Fabricia Drumond de Andrade do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05;

exonerando Jacó Souza Soares do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05;

exonerando Ana Cristina de Rezende Tavares do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Antonio de Padua Cardoso Filho do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Cristiane Guimarães Moreira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Daniela Silveira da Cunha do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Eugenio Mendes Diniz do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Gabriel Oliveira Coutinho Santos Soares do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando João Bosco Sales Ribeiro do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando José Clério Alves Terra do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando José de Paula Moreira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Juliana Nasciutti Gontijo Corrêa do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Karina Kristian de Azevedo do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Karina Oliveira Araújo do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Kátia Bernardes Resende Dias do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Lara Duarte Ribeiro do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Lucas Assunção Melo Pontes do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Luiz Antonio de Freitas Filho do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Maria Lucia de Paula do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Mariana Dayrell de Lima Lisboa Rodrigues do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Mônica Pires Gonçalves do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Renato Brito Louzi do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Salomão Afonso Terra do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Sebastião Luiz Alves Martins do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Sérgio Dorizete dos Santos do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Tânia Mara da Paz Penha do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01.



Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Cintia Danielle Moreira Reis Gomes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Denyse Rabelo Costa para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Renata Aparecida Chácara Rodrigues para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.



**ERRATAS**

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/2/2015, na pág. 19, onde se lê:

“Juliana Tanure de Figueiredo M Serrano”, leia-se:

“Juliana Tanure de Figueiredo Morandi Serrano”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 14/2/2015, na pág. 13, onde se lê:

“Oribe Teodoro da Silva”, leia-se:

“Oribe Teodoro da Silva Filho”.